



Uruguai Com Ricardo Carrere

"O reflorestamento deve ser freado imediatamente"

Coordenador internacional do
Movimento Mundial pelas Florestas
Tropicais (WRM, sigla em inglês),
Ricardo Carrere faz uma ampla
reportagem sobre o processo de
"celulolização" acelerada do
Uruguai e alerta sobre a
necessidade de frear urgentemente
esse processo, não só porque é
contaminador mas principalmente
pelo modelo de "desenvolvimento"
que é estimulado e consolidado.

-Já está confirmado. Em pouco tempo será instalada no país mais uma fábrica de celulose, desta vez a portuguesa Portucel. Esta nova fábrica se soma à finlandesa Botnia, que já está funcionando, à espanhola ENCE, que está em construção no departamento de Colônia, e à sueca Stora Enso, que ratificou a vontade de construir uma fábrica aqui. O investimento da Portucel seria o mais importante realizado no país por uma empresa estrangeira: mais de 2.000 milhões de dólares, o dobro do que a Botnia investiu. Parece que não há limites para a "celulolização" do Uruguai...

-É o que parece. Tudo isto remonta a 1987, quando o Estado uruguaio começou a definir uma política em relação a esta indústria com o consenso de todo o espectro político. Naquele ano, os partidos conservadores, que até então se alternavam no governo, junto com a coligação de centro-esquerda da Frente Ampla concordaram em dois pontos centrais: que o Estado promoveria as plantações por meio de uma série de medidas e de subvenções e a definição das áreas onde seria possível plantar.

Partia-se da crença de que plantar árvores era plantar bosques, e que plantar bosques era bom. A indústria florestal já dizia, e diz até hoje, que qualquer plantação serve para proteger o solo, regular o ciclo hidrológico, conservar a flora e a fauna e gerar emprego. Essa crença, sem dúvida honesta, era considerada uma verdade em 87 (eu mesmo acreditava nela), porém agora já está demonstrado que não é mais assim.

Ficou definido, conseqüentemente, que havia necessidade de se plantar muitas árvores em certas regiões do país para criar uma quantidade que fosse suficiente para depois possibilitar o desenvolvimento de indústrias florestais. O único critério utilizado para decidir onde plantar foi o do solo. Não foi levado em consideração nem a flora, nem a fauna, nem o emprego. Apenas o solo. Falou-se de "solos que não servem para

nada", como afirmou recentemente o ex-ministro de Agricultura José Mujica. E não é certo. Todos esses solos eram produtivos, não é que não servissem para nada. Serviam para a pecuária, e eram muito bons solos para criação, porque estão localizados em regiões arenosas que conservam a água.

O governo do partido Frente Ampla modificou a classificação dos solos: liberou alguns, mas incorporou outros, e o resultado é que a quantidade de hectares identificados como de prioridade florestal agora subiu para 3,2 milhões. Como estão plantadas com essa finalidade apenas umas 800.000 árvores, podemos imaginar o que nos espera.

-O ministro de Obras Públicas Víctor Rossi afirmou que "há espaço" no país para, pelo menos, cinco fábricas de celulose...

-O Poder Executivo afirma isso porque parte do princípio de que as fábricas de celulose não oferecem impactos negativos. O mais preocupante é que estão sendo negadas todas as evidências recolhidas, a nível nacional e internacional, nos 21 anos transcorridos após a lei florestal ter sido aprovada.

Hoje sabemos que as áreas reflorestadas geram severos impactos socioambientais, ou seja, em última instância, severos impactos sobre as pessoas. Por exemplo, já se sabe que impactam sobre a água. Testemunhas em todas as áreas reflorestadas do país afirmam que, depois do reflorestamento, as ravinas secam, os banhados secam, baixa o nível dos cursos de água e alguns desses cursos também secam. Isto é muito fácil de comprovar.

O único critério
utilizado para decidir
onde plantar foi o do
solo. Não
consideraram nem a
flora, nem a fauna,
nem o emprego.
Só o solo.





O Estado continua repetindo permanentemente que não há estudos científicos que provem que o reflorestamento gera impactos sobre a água. É óbvio que não há, pois o próprio Estado não os encomenda. Entretanto, em toda parte existem depoimentos de pessoas que vivem nas regiões reflorestadas contando o que está acontecendo ali. Não há produtor agropecuário que não seja testemunha. Além disso, os eucaliptos foram plantados com a clara intenção de secar as áreas visando usá-las depois. Sendo que, agora, secam muito mais áreas do que antes, porque são plantadas espécies de crescimento muito mais rápido, selecionadas ao longo de muitos anos, exatamente por essa razão. Hoje a maioria são clones dos eucaliptos de crescimento mais rápido.

Estima-se que um eucalipto consuma, em média, 4 litros de água por dia. Quantos eucaliptos são plantados em um hectare? Suponhamos 1.000; são 4.000 litros por hectare, se foram reflorestados 800.000 hectares. Esse é o impacto mais visível e mais grave, porque o recurso água é essencial para tudo. No departamento de Salto, no litoral do rio Uruguai, em um povoado abundantemente reflorestado, chamado Las Flores, todos os cursos de água secaram ao ponto de hoje ser chamado de Povoado Seco.

-E também houve uma diminuição de habitantes.

-Exato. Inclusive houve gente que teve que plantar várias vezes, e terminou por desistir pois o solo estava tão seco que não servia para plantar nada. Além disso, nós, que trabalhamos em todo o mundo, vemos processos similares no **Chile**, na **Tailândia**, na **África do Sul**, no **Brasil**. Entretanto, o Estado continua ignorando o assunto, e os engenheiros florestais, o que é mais grave ainda, continuam repetindo que não há estudos científicos que provem nada.

No departamento de
Salto, no litoral do rio
Uruguai, em um
povoado
abundantemente
reflorestado,
chamado Las Flores,
todos os cursos de água
secaram, ao ponto de
hoje ser chamado de
Povoado Seco.



Vejamos o impacto do reflorestamento sobre os solos. No **Uruguai** pesquisadores da Faculdade de Ciências constataram mudanças irreversíveis na estrutura e no teor de nutrientes dos solos. O eucalipto é o símbolo do modelo, mas o pinho tem quase os mesmos impactos. As raízes destas árvores são muito mais profundas, extraem "bem de baixo" nutrientes que depois caem no solo, componentes químicos que se depositam no solo e que são tóxicos. Pesquisadores da Faculdade de Ciências dizem que há o risco de, em alguns casos, chegar-se à desertificação.

-Já foram verificados processos desse tipo em alguma região do país?

-Comprovado ainda não, porque isto é muito recente, e é um processo que leva anos. O mínimo que o Estado podia fazer seria estudar os solos. Não implica em grandes gastos, é fazer poços em cada uma das plantações, comparar e chegar a conclusões. Isso se faz em um mês.

-Há alguma diferença, nesta matéria, entre a atitude do atual governo e a dos anteriores?

-O governo da Frente Ampla se caracterizou por dar mostras de que escutou algumas críticas, mas não está disposto a mudar nada. Tomou várias medidas, aparentemente na direção correta, mas que servem para esconder o problema. Por exemplo, os governos anteriores tinham excluído o reflorestamento da informação de impacto ambiental. O atual fez com que passasse a ser obrigatório incluí-la. Mas como funciona de fato? A empresa apresenta um projeto para a Direção Florestal e para a Direção Nacional do Meio ambiente, e lhe diz: "Isto não requer estudo de impacto ambiental, porque está incluído nos solos de prioridade para reflorestamento", e se está nesses solos a resposta do Estado é: "Tem razão, não requer estudos de impacto".

Prossigamos com os impactos socioambientais. Estas plantações são grandes cultivos de uma única espécie, exótica ainda por cima, onde nossa fauna não encontra alimento. Para a fauna autóctone, essas áreas são verdadeiros desertos alimentares, e também grandes áreas vazias de gente. Portanto, são excelentes lugares de trânsito para os javalis e raposas. E aqui aparece outro problema: como eles também não encontrarão alimento, então de que se alimentarão esses javalis e raposas? Das produções vizinhas.

Em áreas reflorestadas, já não é possível a agricultura, porque esses animais destroem as plantações. Outro impacto: a multiplicação das cobras venenosas. As áreas plantadas com pinho estão cheias de jararacas, e o mesmo acontece com os eucaliptos. No caso dos eucaliptos, como os banhados secaram, os sapos e as rãs desapareceram, que são alimento das cobras. Então diminui a população de cobras. E elas se alimentam das jararacas e dos seus ovos...

Do ponto de vista social, os impactos são igualmente muito graves. Se alguém for pelas regiões reflorestadas, verá que não há moradias. Além disso, agora a política das empresas florestais é destruir as moradias, para que não fiquem nem rastros. Apareceu um trabalho novo que se chama desmontador de fazendas. Isso já diz tudo.

Fico muito impressionado, porque dou muita importância à questão visual. As pessoas do campo no **Uruguai** são de pradaria, acostumadas a ver de longe. Uma senhora me disse faz pouco: "Com os eucaliptos, roubaram-me o pôr-do-sol". Mas não é só isso, é a sociabilidade. Uma pessoa está sentada e diz: "Olha só, lá vai o fulano". Você olha lá no horizonte e vê um pontinho; a pessoa percebe pelo cavalo que é fulano. São formas de relacionar-se. Além disso, as pessoas do lugar têm medo de que nessas massas de árvores se escondam malfeitores, e sentem insegurança. Tudo isto as afeta, não só no seu trabalho mas também em sua vida cotidiana. Então, junto a esses impactos sobre a produção e as mudanças na paisagem e na segurança, vem uma empresa florestal, oferece 3.000 dólares por hectare, eles vendem e vão embora. Isso é o que está ocorrendo.

E aí está a famosa questão do emprego: com base nas próprias declarações das empresas, sabe-se que apenas geram postos de trabalho. E estes são instáveis, os trabalhadores não sabem quanto ganham por mês, se chove não podem trabalhar, se há muito vento não podem trabalhar, se há muita lama não podem entrar. Com sorte trabalham 12 ou 15 dias por mês.

-De acordo com o discurso oficial, as fábricas de celulose, uma vez em funcionamento, gerariam milhares de postos de trabalho cada uma, entre empregos diretos e indiretos...

-A realidade é manipulada. O governo compara o reflorestamento com a pecuária e diz que esta última é muito pouco intensiva em mão-de-obra, mas quando se fala de empregos gerados pela pecuária não são considerados os indiretos. Para o reflorestamento sim, e mais ainda: são mencionados como postos de trabalho derivados da indústria florestal muitos que existiam antes que estas fábricas fossem instaladas. O trabalho de cortar os árvores, pô-las em cima de um caminhão e levá-las ao porto já existia.

Continuam aferrados a que o reflorestamento gera 12 empregos a cada 1.000 hectares, quando em realidade gera cinco ou menos. Rio Negro, o departamento do litoral uruguaio onde a finlandesa **Botnia** está instalada, é um dos que apresenta maiores índices de desemprego. No caso do **Chile** há estudos que provam que as comunidades com os maiores níveis de indigência são aquelas essencialmente em áreas reflorestadas, e onde há fábricas de celulose.

Os trabalhadores, além disso, não chegam nunca ao fim de mês. Em Tranqueras, uma localidade que é algo assim como a capital uruguaia do reflorestamento, é o pequeno comércio que mantém os trabalhadores do setor, porque é ele que lhes dá crédito.

-Outra questão que os movimentos, como o de vocês, denunciaram é o da terceirização da mão-de-obra na indústria florestal.

-Sim. É possível entender que uma empresa que se dedica ao ramo de confecção de roupas empregue terceirizados para fazer a limpeza ou a segurança, mas não para fazer roupas. No reflorestamento, em troca, todas as tarefas (a plantação, a poda, a colheita, e até os viveiros) são feitos por meio de terceirização.

Se alguém for pelas regiões reflorestadas, verá que não há moradias. Além disso, agora a política das empresas florestais é destruir as moradias, para que não fiquem nem rastros. Apareceu um trabalho novo que se chama desmontador de fazendas. Isso já diz tudo.



O que fez este governo? Criou uma lei, bem intencionada mas que, no fundo, consolidou as terceirizações. Agora as empresas são co-responsáveis, e isso está bem: se o terceirizado não paga aos trabalhadores, porque entra em falência -um caso muito freqüente-, a empresa mãe tem que pagar. Mas como todas as tarefas são realizadas por terceirizados, não pela empresa mãe, o que se resolveu foi legalizar a terceirização. Este é outro assunto no qual o Estado deu um sinal positivo, de que escuta a crítica, mas encontrou uma solução equivocada.

-A questão da concentração da propriedade da terra, e a sua estrangeirização, é outro assunto vinculado a tudo isto.

-Nos anos sessenta, um latifúndio de pecuária extensiva, fenômeno contra o qual lutavam muitos dos que hoje estão no governo, era de 20.000 hectares; agora há empresas estrangeiras que são donas de 180.000 hectares. E todas continuam comprando terras, em que pese este governo ter promulgado uma lei que visava limitar essas aquisições.

Se eu fosse um investidor em celulose, me instalaria no **Uruguai**. Há países, como a **Indonésia**, em que a terra é do Estado, e quem quiser se instalar e produzir deve arrendála. No **Brasil** há limites nas proximidades com as fronteiras. Aqui eu tenho a segurança de que sou legalmente proprietário da terra e posso comprar a extensão que me der na telha. Além disso, no **Uruguai** o reflorestador que vem de fora tem o apoio do conjunto da máquina governamental, já que todos os partidos da base do governo apóiam o modelo. E os grandes meios de comunicação já foram convencidos pelo mesmo modelo.

As pessoas não comem dinheiro, mas sim se empobrecem como conseqüência de um modelo que não gera desenvolvimento, não cria emprego, degrada os recursos naturais em longo prazo, expulsa a população rural, muda a paisagem, muda a cultura no sentido negativo...

Tudo aponta para que as empresas de celulose venham para os países do sul como, por exemplo, o Uruguai. Na **Suécia** e na **Finlândia** já chegaram ao seu teto e sofrem limitações, tanto de disposição de terras adequadas (lá uma árvore demora 80 anos para crescer, aqui não mais de sete), como de custo de mão-de-obra, de controles ambientais e sociais. No **Uruguai** nem sequer pagam impostos, porque estão instaladas em regiões francas.

Em resumo, qual é o beneficio para o país da instalação das empresas de reflorestamento? Aumentará o **PIB** devido ao investimento de milhares de milhões de dólares, diz o governo... E? As pessoas não comem dinheiro, mas sim se empobrecem como conseqüência de um modelo que não gera desenvolvimento, não cria emprego, degrada os recursos naturais em longo prazo, expulsa a população rural, muda a paisagem, muda a cultura no sentido negativo...

O "melhor" argumento que as empresas florestais podem usar a seu favor, também utilizado por algumas autoridades, é que "a soja é pior". Ou que "se essas terras não forem usadas para reflorestamento serão usadas para plantar soja". Sem dúvida alguma, a soja é pior, mas a soja tem uma "vantagem": é um cultivo anual, que passado certo tempo pode ser substituído. Em troca, vai lá tentar remover os eucaliptos.

Nós insistimos em que há necessidade de parar o reflorestamento já, analisar o que está acontecendo antes de continuar. O grande impacto das fábricas de celulose, maior do que a contaminação, é que consolida um modelo florestal, social e ambientalmente insustentável, que não serve ao país, não serve ao seu povo e que ameaça os recursos no futuro.



O engano das certificações

-Em julho passado, plantações na Espanha da empresa ENCE, também instalada no Uruguai, não receberam a certificação concedida pelo Conselho de Manejo Florestal (FSC, na sigla em inglês) como conseqüência da pressão de grupos ambientalistas que fazem parte dessa instância. O senhor é um duríssimo crítico do mecanismo das certificações.

-Nos anos 80, houve grandes campanhas de ONG ambientalistas nos **Estados Unidos**, na **Europa**, e no **Japão** contra a destruição das matas tropicais. Tiveram êxito e chegaram a preocupar o público, particularmente o europeu. Então as empresas se aproximaram das ONG, com a intenção de limparem a barra. Um grupo de ONGs, encabeçadas pela **WWW**, divulgou o **FSC**, sob o princípio: "vamos extrair madeira das matas, mas de maneira sustentável, sem destruí-las. E isto vai ser organizado de tal forma que estejam presentes neste mecanismo de certificação ONG ambientalistas, ONG sociais e as empresas". Visando um manejo adequado das matas elaboraram uma série de princípios e critérios. E aí já começou a confusão, porque o **FSC** não faz diferença entre florestas e plantações, quando ela (a diferença) existe e é grande. Uma coisa é um hectare de eucaliptos, para fazer postes, lenha, um montão de coisas, e outra são milhares de hectares de eucaliptos, que é a escala na qual funcionam as fábricas de celulose.

Nós estamos denunciando, país por país, ao longo dos anos, que todas estas produções não podem ser certificadas. As certificações são realizadas por empresas privadas contratadas localmente, que vivem disso, e cujo interesse é que sigam sendo contratadas. No Uruguai todas as plantações da **ENCE** e de outras empresas foram certificadas, e se tomássemos conhecimento das "investigações" levadas a cabo para outorgá-las, veríamos que foi uma vergonha, chegando a dar pena. Eu fiz uma análise parágrafo por parágrafo dos relatórios de uma certificadora no **Uruguai** para demonstrar os erros e as omissões. Em definitivo, o **FSC**, um mecanismo que pode ser bem intencionado, termina sendo utilizado pelas empresas para se maquiarem*. E no final, maquiadas, as empresas se convertem de uma coisa ruim em algo um pouquinho menos ruim. Dirão que é um avanço, mas prejudica mais do que ajuda.

Em Montevidéu, **Daniel Gatti** Rel-UITA 6 de agosto de 2008



* Ricardo Carrere é autor de "Maquiagem verde. Análise crítica da certificação de monoculturas de árvores no Uruguai pelo FSC", editado pelo WRM em março de 2006.